



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"



DATALUTA – BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA

Hugo de Almeida Alves; Pedro Henrique Castro de Moraes; Barbara Giovanna Ortiz; Hellen Mesquita; Lorena Iza Pereira; Lucas Pauli; Michele Cristina Martins Ramos; Renan Coelho da Silva; Rodolfo Souza Lima; Eduardo Paulon Girardi; Ricardo Pires de Paula; Bernardo Mançano Fernandes; (FCT – UNESP *campus* de Presidente Prudente)

Eixo: 1 - Direitos, Responsabilidades e Expressões para o Exercício da Cidadania

Resumo

Neste trabalho analisamos alguns elementos da atual conjuntura da luta pela terra a partir dos dados publicados em 2014 no Relatório DATALUTA Brasil 2013. A análise foi efetuada diante do balanço das manifestações do campo, ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária e movimentos socioterritoriais.

Palavras-Chave: ocupações de terra; manifestações; assentamentos rurais; luta pela terra; reforma agrária.

Abstract:

In this paper we analyze some elements of the current situation of the struggle for land in Brazil from the data published in the report DATALUTA 2014. The analysis was conducted before the balance of the field demonstrations, land occupations, rural settlements, land tenure and socio-territorial movements.

Keywords: land occupations; manifestations; rural settlements; struggle for land; land reform.

Introdução

O DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – é um projeto de extensão e pesquisa criado em 1998 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. A elaboração do primeiro Relatório DATALUTA, em 1999, com os dados de 1998, foi o início dos estudos de categorias essenciais da questão agrária brasileira, superando a dificuldade de acesso aos dados sistematizados sobre ocupações e assentamentos. Em 2004 incorporamos a categoria movimentos socioterritoriais e em 2010 a estrutura fundiária e a categoria manifestações do campo. Os relatórios são compostos de gráficos, tabelas, quadros e mapas sobre parte da realidade agrária brasileira.

No sentido de propiciar leituras diversas da realidade agrária brasileira, nos reunimos em um coletivo de pensamento e criamos a REDE DATALUTA, agregando esforços, concentração e disciplina de nove grupos de pesquisas de diferentes universidades brasileiras. Essa articulação de grupos de pesquisa está contribuindo para a espacialização do DATALUTA, criando condições de estabelecer uma rede nacional, obtendo dados mais apurados, auxiliando para a qualificação do conhecimento e no desenvolvimento dos temas vinculados à questão agrária. Hoje o DATALUTA tornou-se uma referência nacional e internacional para os estudiosos da questão agrária, o que tem possibilitado intercâmbios de pesquisa

com países como Canadá, Estados Unidos, Cuba, Espanha, Bolívia, Colômbia, Equador, Chile, Argentina, Uruguai e França. A coleta, sistematização e publicação anual dos dados sobre a questão agrária no campo brasileiro contribui para subsidiar movimentos sociais, governos, a mídia em geral e a sociedade nas discussões sobre os temas relativos ao campo.

Objetivos

O projeto tem como principal objetivo apreender o quadro geral da conflitualidade agrária no Brasil por meio das principais informações concernentes à luta pela terra no campo brasileiro e subsidiar as discussões sobre esta importante questão para o desenvolvimento no campo. Buscamos aprimorar constantemente o trabalho para acompanhar as mudanças que ocorrem no campo e assim poder sistematizar e publicar dados que contribuam para as soluções dos problemas sobre reforma agrária e movimentos sociais camponeses; elaborar metodologias geográficas para mapear a questão agrária, contribuindo assim com projetos de desenvolvimento do campo brasileiro. Através da articulação com a Rede DATALUTA buscamos registrar de modo mais fidedigno as ações em torno da questão agrária e da luta pela terra no Brasil, considerando as particularidades de cada estado que compõe a Rede.



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"



Material e Métodos

Os procedimentos metodológicos do Projeto DATALUTA constituem-se em atividades de levantamento, organização, confrontação, sistematização e análise de dados. Os dados de ocupações de terras, manifestações e movimentos socioterritoriais utilizados neste trabalho são levantados através de pesquisa secundária em diversos jornais e instituições nos estados onde os grupos de pesquisas da Rede DATALUTA estão situados. Realizamos pesquisas de campo para conhecer melhor as realidades e colóquios para debater-las à luz dos referenciais teóricos e do nosso método de pesquisa. Reunimos dados de diferentes fontes, confrontamos e sistematizamos para disponibilizá-los e possibilitar novas análises através dos Relatórios DATALUTA.

A metodologia do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra é composta deste conjunto de procedimentos para sistematizar de forma rigorosa os dados de fontes primárias e secundárias e a sua organização no relatório nas escalas municipal, microrregional, estadual, macrorregional e nacional. As categorias são analisadas através dos conjuntos de dados. Nos Relatórios DATALUTA trabalhamos com ocupações de terra, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais, estrutura fundiária e manifestações. Os dados de ocupações de terra, famílias e movimentos socioterritoriais são organizados a partir das seguintes fontes: Comissão Pastoral da Terra – CPT, Ouvidoria Agrária Nacional – OAN e dos dados levantados de diários nacionais e regionais pelos grupos de pesquisa NERA, LAGEA, GEOLUTAS, NEAG, GECA, LABERUR, OCCA, GETEC e LABET.

Os dados de assentamentos rurais são coletados do INCRA. Tomar como referência os dados do INCRA permite que possamos ter atualizada anualmente a situação dos assentamentos no Brasil de maneira mais abrangente.

Sendo assim, os dados das respectivas fontes são coletados, digitados e organizados pelos pesquisadores dos grupos de pesquisa que constituem a Rede DATALUTA. Os dados são sistematizados com os programas *Microsoft Excel* e *Philcarto*, originando tabelas, quadros, gráficos, pranchas e mapas, que compõem os relatórios de análise.

Resultados e Discussão

Neste trabalho analisaremos alguns aspectos da conjuntura atual da luta pela terra no Brasil a partir dos

dados publicados no Relatório DATALUTA, em 2014, referentes ao ano de 2013. A análise foi efetuada diante do balanço das manifestações do campo, ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária e movimentos socioterritoriais.

O ano de 2013 foi marcado no cenário nacional pelas inúmeras manifestações populares nas capitais e grandes centros urbanos do Brasil, que tinham como pauta desde o valor de passagens de ônibus até os abusivos gastos com a copa do mundo. Em uma sociedade cuja população e modos de vida estão altamente urbanizados, os problemas no campo acabam sendo minimizados na percepção popular, e a atenção às lutas por questões agrárias, mesmo que ocorram com muito mais frequência e em sua maioria nas cidades (mas também de forma mais pulverizada), têm menor apelo da mídia e da sociedade e, conseqüentemente, respostas dos governos. Fato é que no Brasil, entre 2000-2013, ocorreram 9.702 manifestações do campo e que contaram com a participação de 5.905.573 pessoas, mas a atenção geral da sociedade não é sequer comparável com aquela das manifestações de 2013.

Além das ocupações de terra, os movimentos socioterritoriais desenvolvem várias manifestações como forma reivindicatória e contestatória de luta camponesa. As manifestações consistem, principalmente na formação de acampamentos, bloqueios, concentração em espaços públicos, ocupações de prédios públicos, marchas, caminhadas e manifestações temáticas. Diferentemente das ocupações de terra, que geralmente reivindicam uma terra específica para assentamento, as manifestações são ações mais amplas que compreendem questões como: políticas de desenvolvimento do campo, promoção da reforma agrária, regularização de posses, respeito a questões ambientais, direitos dos povos tradicionais, direitos humanos, combate à pobreza e à fome, privatização das águas, transgenia, luta contra o agronegócio, gênero, construção de barragens/hidrelétricas, uso de agrotóxicos, ou até mesmo questões pontuais referentes a assentamentos específicos (FELICIANO, 2010).

Entre 2000 e 2013 as manifestações ocorreram em todas as macrorregiões brasileiras. A região Nordeste apresentou o maior número, com 3.367 manifestações e 2.086.569 pessoas envolvidas. Em 2008 o número de manifestações no Brasil caiu significativamente, retomando o crescimento a partir de 2011. Em 2013 foram registradas 1.085 manifestações, número superior a 2012, quando foram registradas 1.007. O gráfico 1 (anexo 1) permite visualizar a evolução das



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"



manifestações e pessoas envolvidas no Brasil. Entre 2000 e 2013, 123 movimentos socioterritoriais realizaram ocupações de terra no Brasil, conforme gráfico 2 (anexo 2). Desses, 26 realizaram ocupações em 2013, com destaque para o MST, movimento mais territorializado do país (FERNANDES, 1999), com a participação 11.353 famílias em 80 ocupações. A CONTAG, com 922 famílias e 12 ocupações, é o Segundo movimento mais atuante, com predomínio na região Nordeste e nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e Pará. As "ocupações de terra" realizadas por indígenas, também chamadas de retomadas, cresceram significativamente nos últimos anos, principalmente devido ao avanço do agronegócio sobre os territórios indígenas. Os movimentos indígenas constituem o terceiro grupo que mais realizou ocupações, com a participação de 2.747 famílias em 79 ocupações em 2013 e forte atuação nos estados do Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Sul da Bahia.

O MST também é o movimento mais territorializado do estado de São Paulo, com 531 ocupações e 71.727 famílias participantes entre 2000 e 2013. Entretanto, diferente da escala nacional, o MAST é o Segundo movimento mais territorializado do estado, com 39 ocupações e 3.878 famílias no período, números que evidenciam a representatividade do MST no processo de luta pela terra também em São Paulo. Ainda há movimentos como FERAESP, MLST, FETRAF e MST da Base que, juntos com o MAST, somam 188 ocupações e 11.426 famílias neste estado. Em 2013, o MST da Base foi o movimento mais atuante em São Paulo e no Pontal do Paranapanema, com 667 famílias em 13 ocupações de terra no estado, seguido do MST. O mesmo acontece no Pontal, onde o MST da Base e o MST foram os movimentos que mais atuaram e 2013.

Como a promoção da reforma agrária pelos governos não é espontânea e historicamente está atrelada à pressão exercida pelos movimentos socioterritoriais, com o refluxo da luta pela terra houve também uma correlata diminuição na criação de assentamentos rurais, sobretudo no período de 2006 a 2011, conforme gráfico 3 (anexo 3). Quando analisamos o Brasil, os assentamentos estão distribuídos por todo o país, mas a maior parte foi criada nas regiões Norte e Nordeste. O ano de 2005 obteve o maior número de assentamentos rurais criados, somando um total de 879, mas também foi um ano marcado pela regularização fundiária, o que revela uma política de reforma agrária que manteve seu padrão conservador. Entre 1979-2013 foram criados 9.195 assentamentos

com 1.093.071 famílias assentadas no Brasil.

Conclusões

Esta síntese geral da luta pela terra no Brasil desenvolvida a partir do DATALUTA demonstra que, apesar da tendência de diminuição das ações dos movimentos socioterritoriais, o campo brasileiro ainda apresenta significativa conflitualidade, manutenção da retração da política de assentamentos rurais e uma estrutura fundiária concentrada que cresce guardando esta característica estrutural e fundante dos problemas históricos do campo brasileiro.

Se analisado todo o período posterior à redemocratização do país, quando a luta pela terra ganhou maior atenção, podemos afirmar que nos últimos seis anos houve um significativo retrocesso e estagnação da luta pela terra e, conseqüentemente, da política de assentamentos rurais. A diminuição da ação dos movimentos socioterritoriais está ligada à atual conjuntura econômica e política do país, e também por meio de políticas compensatórias do governo federal, como o programa Bolsa Família. Todos esses fatores contribuem para que o público potencial da reforma agrária, que comporia as famílias demandantes de terra, optem por não se engajar na luta, já que conseguem condições mínimas para sobrevivência.

Se a disposição em demandar terra tem diminuído, a conflitualidade da questão agrária (FERNANDES, 2005) permanece em várias outras questões, como a concentração fundiária, o monopólio agroenergético baseado na produção de *commodities*, a ameaça a soberania alimentar e o discurso agroenergético baseado na produção de cultivos geradores de energias renováveis, aspectos que resguardam as desigualdades no campo brasileiro que continuam presentes mesmo em tempos de refluxo das lutas. Neste sentido, apesar do aparente refluxo da luta pela terra realizada por movimentos socioterritoriais, a questão agrária continua sendo um problema estrutural e inerente ao desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo (OLIVEIRA, 1995; 1999) e a atual conjuntura guarda a raiz da concentração de terra, dinheiro e poder econômico, da pobreza na cidade e no campo e das formas de atenuar a questão sem resolve-la.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos a todos os pesquisadores que trabalham intensivamente na elaboração deste relatório, bem como no desenvolvimento de outras atividades, sempre comprometidos com a pesquisa da questão



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"



agrária. Igualmente, agradecemos o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

FELICIANO, C. A. Ocupar e resistir para viver: ações e práticas dos movimentos agrários no início do século XXI. In: XX Encontro Nacional de Geografia Agrária, 20, 2010, Francisco Beltrão. **Anais do XX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2010.

FERNANDES, B. M. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999). 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP).

____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005.

NERA – NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA. DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. Relatório Brasil 2012. Presidente Prudente: NERA, 2013.

____. DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. Relatório São Paulo 2012. Presidente Prudente: NERA, 2013.

____. DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. Relatório Pontal do Paranapanema 2012. Presidente Prudente: Nera, 2013.

OLIVEIRA, A. U. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro, v. 25, n. 49-50, 1995, p. 17-57.

____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: Novos Caminhos da Geografia. Org.: CARLOS, A. Fani Alessandri. São Paulo: Contexto, 1999. P. 63-110.

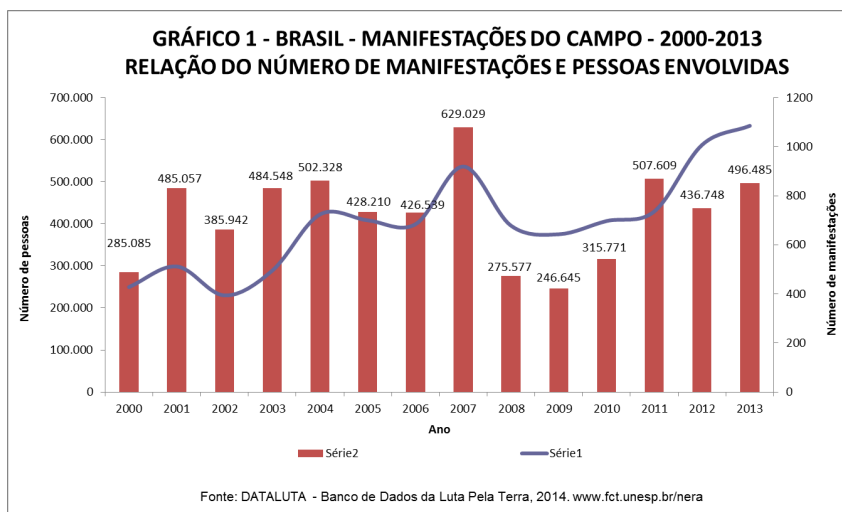


8º Congresso de extensão universitária da UNESP

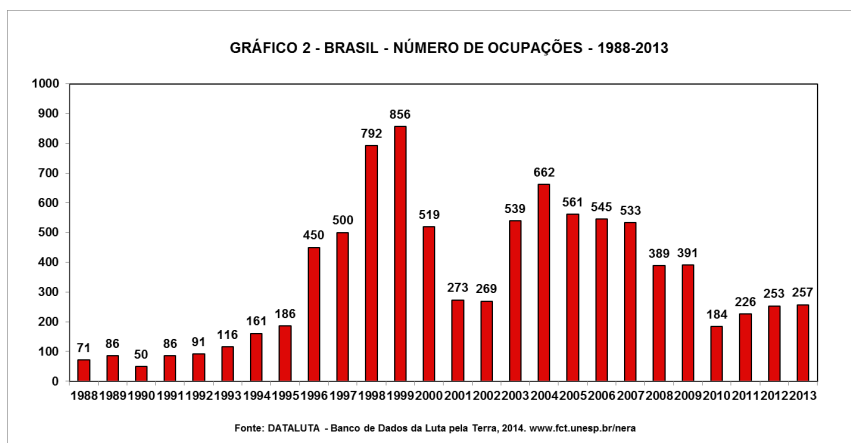
"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"



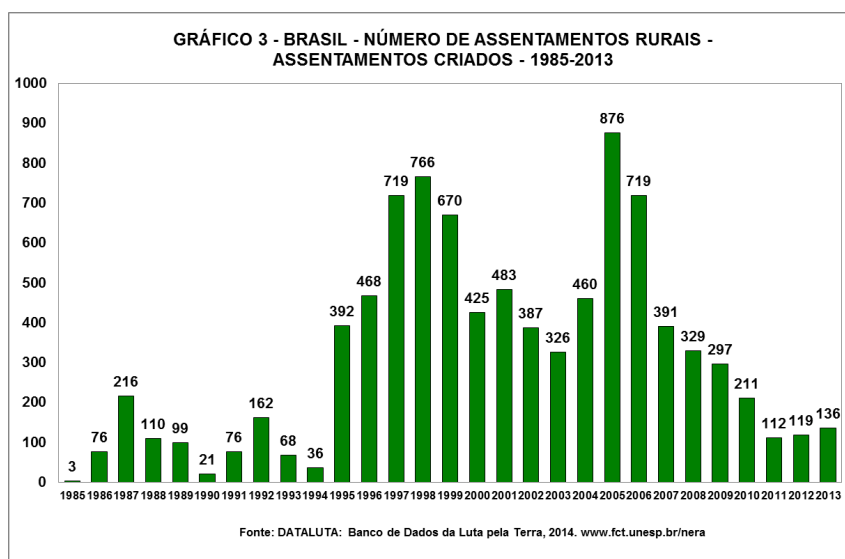
Anexo 1



Anexo 2



Anexo 3





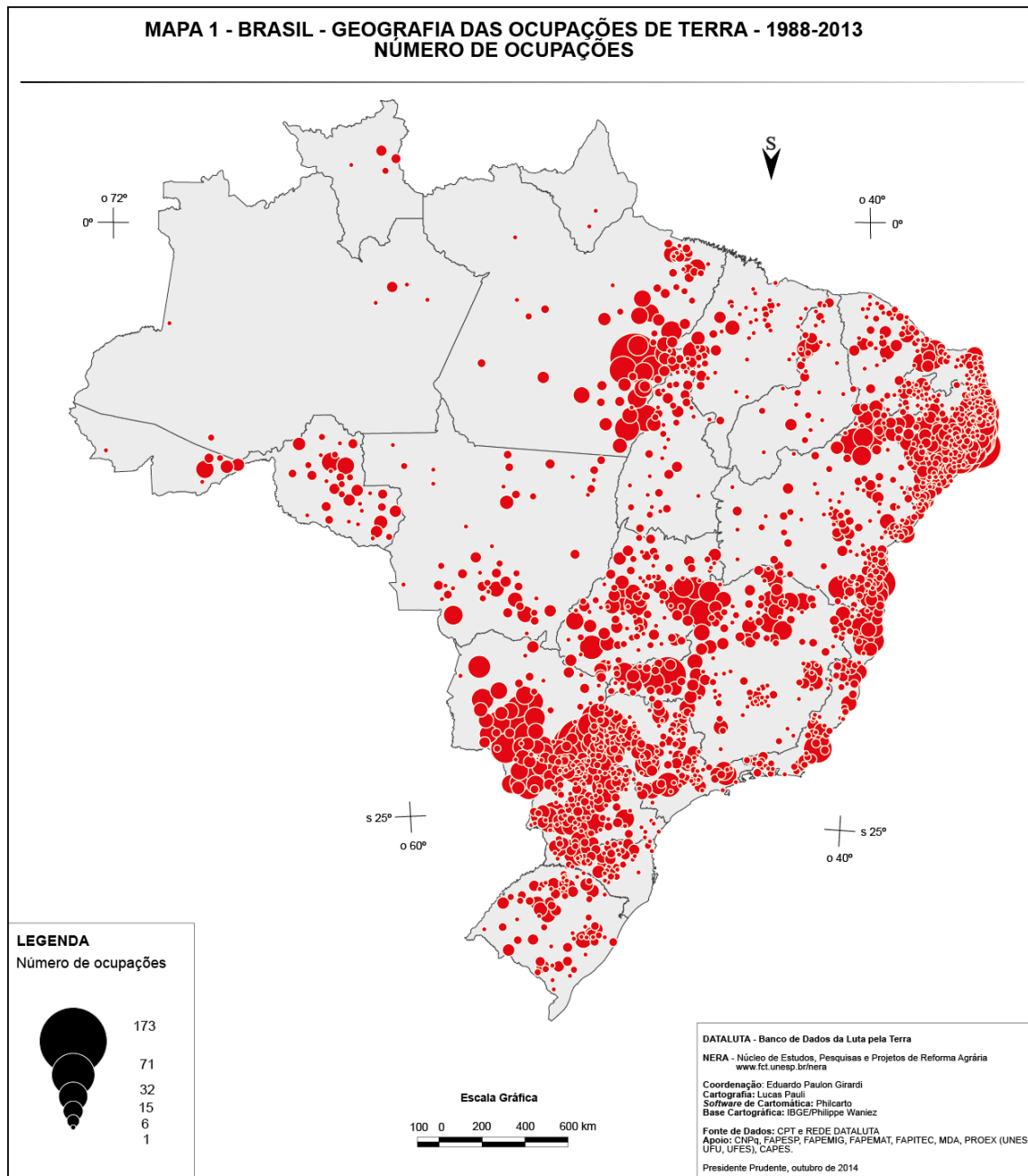
8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:
unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"



Anexo 4





8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:
unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"



Anexo 5

**MAPA 5 - BRASIL - GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - 1979-2013
NÚMERO DE ASSENTAMENTOS**

